

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 3.532, DE 2012

Cria incentivos fiscais para a pesquisa, o desenvolvimento, a produção e a venda de mecanismos de detecção do nível de álcool do organismo do condutor de veículo automotor.

Autor: Deputado IRAJÁ ABREU

Relator: Deputado GILMAR MACHADO

I – RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão, em regime de apreciação conclusivo, o Projeto de Lei nº 3.532, de 2012, da lavra do Deputado Irajá Abreu, que cria incentivos fiscais para o desenvolvimento de mecanismos não invasivos de detecção do nível de álcool no organismo de condutores de veículos automotores.

O texto inclui o inciso XXXVIII no artigo 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, para isentar os espectrômetros não invasivos para detecção do nível de álcool do organismo do condutor integrados ao veículo automotor da incidência do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados.

Outra alteração se dá por meio da inclusão do inciso XXXIII no artigo 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, reduzindo a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de espectrômetros

não invasivos para detecção do nível de álcool do organismo do condutor integrados ao veículo automotor.

Por fim, o texto estende à pesquisa e desenvolvimento de espectrômetros não invasivos para detecção do nível de álcool do organismo do condutor integrados ao veículo automotor, os incentivos à inovação tecnológica previstos no Capítulo III da Lei do Bem – Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005.

O projeto foi distribuído inicialmente para apreciação desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, órgão no qual, decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas. Posteriormente será analisado também pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O projeto em análise tem o objetivo de isentar da incidência de IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados -, PIS/Pasep e COFINS a fabricação, comercialização e o desenvolvimento de aparelhos que se destinem a identificar os níveis de álcool no organismo de condutores de veículos automotores.

É importante observar que os incentivos fiscais criados são específicos para os detectores de presença de álcool que sejam integrados aos veículos automotores.

A justificativa para a matéria é o fato de que o trânsito mata mais de trinta mil pessoas no Brasil anualmente, sendo uma parte significativa dessas mortes causada por condutores embriagados.

Ainda segundo o próprio autor do texto, os dispositivos de identificação do nível de álcool no organismo do condutor e que serão integrados aos automóveis estão em processo acelerado de desenvolvimento, e impedirão o acionamento do motor caso o sistema integrado do carro detecte embriaguez do motorista.

Nesse contexto, a instituição de incentivos fiscais para a pesquisa, desenvolvimento e exportação desse tipo de equipamento no Brasil poderá estimular a indústria nacional a produzir e a criar esse tipo de equipamento.

Além disso, quando tais sistemas estiverem maduros do ponto de vista tecnológico e com seus custos de produção viabilizados por meio das economias de escala, é factível supor que os governos nacionais irão alterar as legislações obrigando a instalação de tais dispositivos, assim como já ocorreu com os freios com sistema de anti-travamento (ABS) e as bolsas infláveis (Air Bags), o que criará um mercado bilionário desse tipo de componente.

Caso o Brasil esteja bem posicionado na produção, desenvolvimento e comercialização desse tipo de equipamento, a indústria nacional poderá ser muito beneficiada. Assim, do nosso ponto de vista, a medida é meritória e deve ser aprovada.

Diante do exposto, o nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.532, de 2012.

Sala da Comissão, em 05 de junho de 2012.

Deputado GILMAR MACHADO
Relator